

# A Centelha

REVISTA DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO - CIT EM PORTUGAL

N.7 JAN / FEB '17 preço 1.00 Solidariedade 2.00

ORGANIZAR A LUTA  
ESTUDANTIL P4

O ESTADO DOS  
TRANSPORTES P12

1917: REVOLUÇÃO  
DE FEVEREIRO P14

NÃO À  
PRIVATIZAÇÃO

CONTROLO  
DEMOCRÁTICO DOS  
TRANSPORTES

## LUTAR PELOS TRABALHADORES

A Dívida não é dos trabalhadores, suspensão imediata do pagamento da dívida. Reembolso, mediante prova, dos pequenos poupadores e anulação dos títulos dos especuladores.

Nenhum sacrifício pelo euro. Anulação de todas as medidas de austeridade desde o 1º Plano de Estabilidade e Crescimento de 2010.

Fim do segredo comercial, temos o direito de saber para onde vai a riqueza produzida, divulgação pública de todos os livros de contas das empresas públicas e privadas.

Fim do sigilo bancário e fiscal para todas as empresas e para os ricos. Transparência total em todas as actividades financeiras e comerciais, em especial dos grandes grupos económicos. Fim dos offshores.

A riqueza da sociedade pertence a quem produz. Nacionalização, sob controlo dos trabalhadores e utentes, dos sectores chave da economia (água, energia, saúde, educação, transportes, comunicações, banca, seguros).

Não à privatização da Saúde, Educação e Segurança Social. O Estado Social pertence a quem trabalha e deve estar ao serviço do povo trabalhador. Criação de um plano de investimento público de reconstrução dos serviços públicos e de produção social e ambientalmente útil.

Aumento imediato do salário mínimo para 5€/hora tendo por base a semana de 40 horas para as grandes empresas e aumento progressivo para pequenas e médias. Aumento imediato das reformas e pensões mínimas para esse valor.

Redução da semana de trabalho para as 30 horas sem perdas salariais. Dividir o trabalho disponível pelos trabalhadores disponíveis com a elaboração de um plano de pleno emprego digno, social e ambientalmente útil.

A habitação é um direito fundamental, não pode ser um negócio. Parar todos os despejos, anulação da nova lei de arrendamento. Nacionalização das grandes empresas imobiliárias e criação de um plano de habitação digna e universal, com rendas adequadas ao nível de rendimento de cada agregado familiar.

Repor todos os cortes na Educação, dotar 10% do Orçamento para a Educação. Passe gratuito para todos os estudantes até aos 25 anos, aumento das bolsas de acção social e fim das propinas. Fim ao RJIES e a Bolonha. Apoiar a livre associação cultural, política e desportiva dos jovens através da construção de infraestruturas e espaços a nível local.

Acabar com a brutalidade policial e com o racismo institucional do sistema criminal, investir em reabilitação, formação profissional e emprego digno, não em prisões. Legalização total e direitos iguais para todos os trabalhadores imigrantes.

## QUEBRAR O BIPARTIDARISMO DO CAPITAL

Por uma Frente Unida entre PCP, BE, esquerda extra-parlamentar, Sindicatos e movimentos sociais que construa pela base uma real alternativa social e política à alternância do Capital entre PS e PSD-CDS.

Por um programa Socialista que realmente responda à crise. O capitalismo não tem soluções. Por um plano económico democrático baseado nos interesses da vasta maioria e do ambiente. Defender a Democracia Socialista contra a Ditadura dos Mercados.

## SOCIALISMO E INTERNACIONALISMO

O Capitalismo produz pobreza, desigualdade, destruição ambiental e guerra. Precisamos de uma luta internacional contra este sistema.

Solidariedade com as lutas dos trabalhadores e oprimidos internacionalmente — uma agressão a um é uma agressão a todos. Contra a UE dos patrões e especuladores, por uma Europa dos trabalhadores, livre e socialista.

Defender sempre uma posição independente da classe trabalhadora nos conflitos imperialistas e neocoloniais.

## O QUE É O COMITÉ POR UMA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES?

O CIT é uma organização comunista internacional presente em mais de 50 países e todos os continentes.

Lutamos pelo fim da exploração capitalista que produz a miséria da maioria e a opulência da minoria, enquanto gera uma catástrofe ambiental. Queremos a planificação racional e ecológica da economia mundial sob o controlo democrático de todos os trabalhadores — o Socialismo.

*Se deseja assinar A Centelha, envie o seu contacto e faça o pedido para o nosso email*

[socialismo-revolucionario.org](http://socialismo-revolucionario.org)  
[info@socialismo-revolucionario.org](mailto:info@socialismo-revolucionario.org)  
[socialistworld.net](http://socialistworld.net) 96 959 02 08



# O REFORMISMO SEM REFORMAS

## Editorial

Em linhas gerais, o Orçamento Geral do Estado de 2017 (OE17) manteve a austeridade dos anteriores governos, prolongando o saque à classe trabalhadora.

O reforço marginal da dotação orçamental para a Educação (+3,1%) face ao valor orçamentado em 2016, na verdade está abaixo do valor de facto alocado para a educação nesse ano, ou seja, representa na realidade um corte. Houve ainda o pequeno aumento para a Saúde (+3,7%) e os insignificantes aumentos das medidas de cariz assistencialista (abonos e pensões), mas não a actualização do salário mínimo nacional para um valor que de facto permita aos trabalhadores livrar-se da pobreza. O orçamento não basta sequer para travar a degradação dos serviços. Para conseguir isso seria preciso suspender o pagamento da dívida.

Ora, focado em questões fiscais, o debate na media burguesa deixa de fora a questão central: o monstro da dívida pública, que já ultrapassou 130% do PIB. O OE17 prevê um excedente primário de cerca de 5.000 milhões de euros, enquanto o pagamento de juros da dívida pública continuará a rondar os 8.000 milhões. Além disso, temos de contabilizar amortizações no valor de 84 mil milhões de euros entre 2016 e 2021, o que significa, descontando o valor já amortizado, um pagamento de cerca de 14,8 mil milhões por ano. Feitas as contas, os gastos com a dívida ocuparão um valor maior do que 25% do OE17. Eis o garrote que os trabalhadores sentem apertar-se à volta dos seus pescoços.

O Estado português terá, portanto, de se endividar para ser capaz de funcionar e, simultaneamente, pagar a dívida e os juros — o que em boa verdade significa que o Estado português obrigará os trabalhadores a pagar uma renda ao capital financeiro internacional, enquanto degrada a educação, a saúde, os transportes e todos os serviços públicos — que a burguesia dispensa, recorrendo à educação, saúde e transportes privados.

De facto, a principal preocupação do executivo de Costa tem sido não prejudicar de forma alguma os lucros da burguesia. Assim, se por um lado há um aumento minúsculo do salário mínimo, por outro há a diminuição da TSU para os patrões.

Tudo isto leva as direcções do BE e do PCP a executar admiráveis proezas de equilíbrio político. Afirmaram que o OE17 tem algumas conquistas suas e empolaram o aumento de apenas 10 euros em algumas pensões ou o aumento de uns míseros 25 centavos por dia no subsídio de alimentação dos trabalhadores do Estado. Mas, simultaneamente, apresentam-se descontentes com a situação e garantem que utilizarão os seus escassos deputados para votar contra a diminuição da TSU. Para fazer o laço a este embrulho, frisam invariavelmente que a única alternativa seria um calamitoso governo PSD/CDS.

Há um ano atrás, no primeiro número d'A Centelha, alertámos para o “abraço de urso” que o PS daria à esquerda parlamentar caso esta conduzisse as negociações à porta fechada, de forma descoordinada e sem mobilizar os trabalhadores. Tudo se confirmou.

O fetichismo das instituições da democracia burguesa torna estas direcções políticas cegas para qualquer solução que não passe pelas próximas eleições legislativas. O que temos é a subordinação da luta nas empresas, nas escolas, nas universidades, nos bairros e na rua a estratégias eleitorais e a manobras de concertação parlamentar com um PS que já demonstrou imensas vezes que tem o apoio do PSD e do CDS sempre que precisa realmente dele — por exemplo, para injectar no Banif 1.766 milhões de euros antes de o vender ao grupo Santander Totta por uma pechincha de 150 milhões. O que vemos da parte destas direcções, numa palavra, é o reformismo. Mas um reformismo sem reformas, pois este subordina-se a uma aliança com um partido da burguesia que, devido à crise, não as pode ceder.

A estratégia das direcções dos dois grandes partidos de esquerda significa a perpetuação do estado de desorganização da

classe trabalhadora. Esse é o erro mais perigoso que pode ser cometido.

O capitalismo entrará em pouco tempo nas maiores convulsões da sua história — a crise da banca italiana, da banca alemã e da bolsa chinesa são alguns dos cataclismos económicos que se podem hoje prever, mas não são mais do que o princípio das dores de parto de uma nova sociedade.

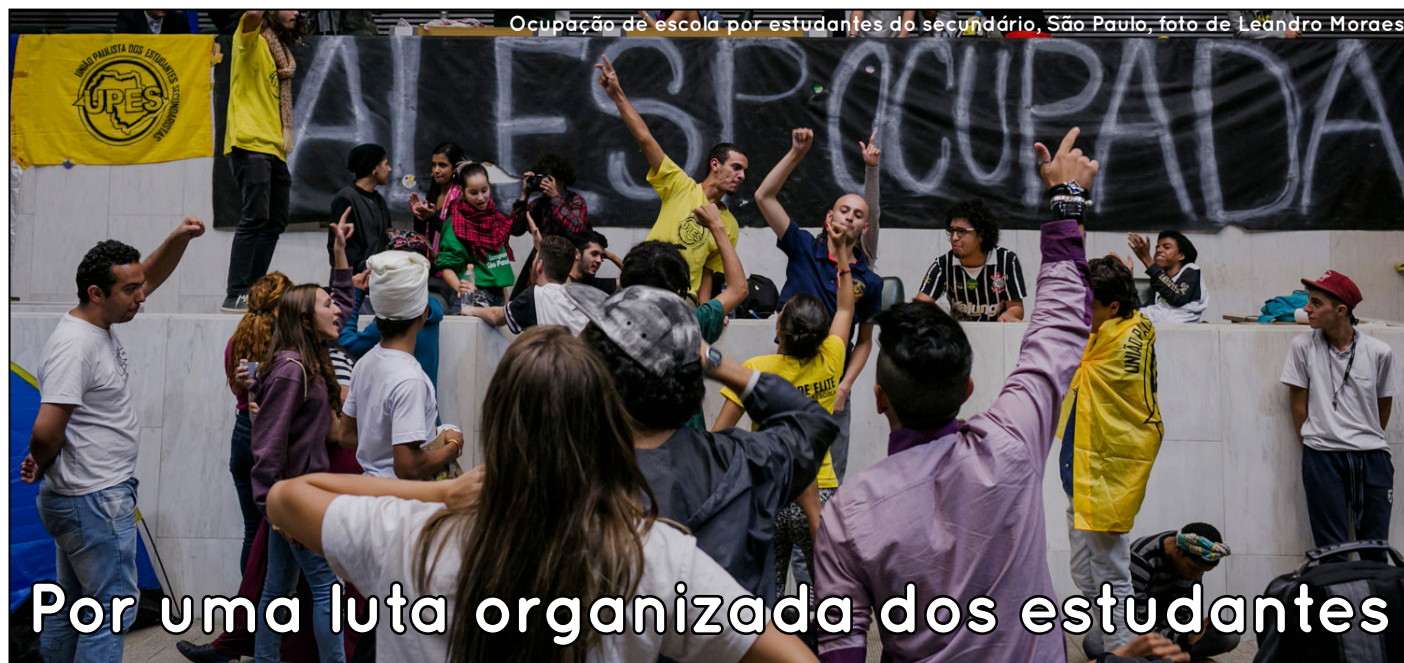
Com um novo colapso no sistema financeiro, as burguesias nacionais, querendo entre si, só terão uma forma de defender os seus lucros: apropriar-se de uma parcela muito maior da riqueza produzida pelos trabalhadores dos seus países e de todos os países que conseguirem subordinar. Portugal, com um governo completamente submisso ao capital internacional, será imediatamente arrastado por essa crise.

A força da classe trabalhadora para resistir ao ataque desesperado da classe de parasitas que a explora e erguer sobre as ruínas do capitalismo uma nova sociedade será a força das suas organizações. Quanto mais tempo se esperar pelas direcções do BE e do PCP, que desperdiçam tudo em negociações parlamentares, mais fraca se encontrará a classe trabalhadora em Portugal nos dias decisivos.

As actuais direcções, na sua cegueira reformista, pretendem nada menos do que guiar-nos desarmados para o campo de batalha onde nos espera um inimigo com o armamento e os métodos mais avançados à sua disposição! O que todos os militantes de esquerda devem compreender, a lição a retirar após um ano de governo de direita apoiado pelo BE e pelo PCP, é que a via revolucionária só pode ser trilhada com a luta mais intransigente das bases trabalhadoras desses partidos.

Há-que lutar em unidade, por todos os meios disponíveis — a manifestação, a greve, a ocupação e a mais activa solidariedade —, pelo aumento do salário mínimo, pela saúde e pela educação gratuitas, por transportes públicos de qualidade, e em todas essas lutas organizar a classe trabalhadora, preparando o derrube do capitalismo.





## Por uma luta organizada dos estudantes

### Minerva

**P**erante um cenário de crescente degradação e elitização do ensino público, cujas consequências recaem sobretudo sobre as famílias de classe trabalhadora, os estudantes devem organizar-se democraticamente e construir organizações capazes de responder eficazmente à insatisfação generalizada, direcionando-a para vitórias significativas que despertem a força do movimento estudantil — que, em conjunto com o movimento dos trabalhadores, já provou conseguir transformar drasticamente o curso da nossa vida em sociedade.

#### UM ORÇAMENTO INSUFICIENTE

Como aponta o documento “Estado da Educação: 2015”, da autoria do Conselho Nacional de Educação, o período de 2005 a 2015 foi caracterizado por uma diminuição generalizada da despesa pública para a educação e por um aumento da despesa pública orientada para o ensino particular e cooperativo. Deu-se por isso um desinvestimento claro no ensino público, uma desresponsabilização do Estado face aos estudantes que dele dependem e à qualidade e condições da sua educação.

Essa desresponsabilização tem reflexo no aumento constante do valor das propinas do ensino superior e que se verifica desde a sua implementação nos anos 90, atingindo

agora mais de mil euros. O ensino superior público em Portugal é hoje um dos mais caros da Europa para os estudantes e para as suas famílias, relativamente ao valor dos seus rendimentos. Segundo dados recentes do INE, as despesas das famílias com a educação aumentaram 75% nos últimos 10 anos. As propinas são um impedimento ao acesso de milhares de estudantes ao ensino superior e, por isso, um dos principais factores de reprodução de desigualdades sociais na educação.

O actual Governo Socialista, apoiado pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Comunista Português, defende ser responsável por uma reversão da tendência de desinvestimento — que se manifesta no aumento da previsão orçamental e estimativa de execução do Orçamento para a Educação de 2016, assim como nos montantes apresentados para o Orçamento de 2017. No entanto, esta reversão — que é ainda inferior aos valores de 2012 — é claramente insuficiente para permitir um funcionamento das instituições de ensino que vá ao encontro das necessidades e interesses de estudantes, funcionários e professores.

E aliada a esta insuficiência está uma política para o ensino superior de privatização que impede a gestão democrática por quem lá trabalha e estuda, sobretudo através de mecanismos como o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e do Regime Fundacional — sendo que este último

afectou, nos últimos sete anos, algumas das principais universidades do país, entre elas a Universidade do Minho, a Universidade do Porto, o ISCTE, a Universidade de Aveiro e a Universidade Nova de Lisboa. Em breve, caso a união do movimento estudantil e das organizações sindicais não trave o processo, também a Universidade de Coimbra passará por esta transformação, responsável pela precarização generalizada dos postos de trabalho e pelo reforço da intervenção de interesses privados na gestão das instituições.

#### IR ALÉM DO CONGELAMENTO: PELA ABOLIÇÃO TOTAL DAS PROPINAS

Nos acordos assinados para o apoio parlamentar ao Governo do PS, a questão das propinas tem sido omitida. No entanto, é importante referir que os grupos parlamentares dos principais partidos de esquerda tornaram possível, através de uma proposta de alteração ao Orçamento de 2016, que o PS fizesse cedências através do congelamento dos valores máximos e mínimos das propinas no ensino superior. Segundo a Lei do Financiamento do Ensino Superior, ambos os valores iriam subir de acordo com a mudança na taxa de inflação e no salário mínimo. No entanto, esta actualização foi suspensa.

Mas as cedências da parte do Partido Socialista serão sempre limitadas, claramente insuficientes e temporárias, como é evidenciado pela rejeição do PS face aos projec-

tos de lei apresentados pelo PCP e pelo BE, votados no parlamento a 23 de Setembro deste ano, prevendo a manutenção do valor das propinas no primeiro, segundo e terceiro ciclos de estudos superiores.

Tanto o Partido Comunista como o Bloco, assim como a Juventude Comunista Portuguesa e a Coordenadora de Jovens do Bloco de Esquerda, defendem publicamente a abolição das propinas. Para que a esquerda não só consiga a manutenção de um valor de propinas que é já insuportável para milhares de estudantes de classe trabalhadora, mas contribua também para a implementação de um ensino gratuito e de qualidade — aliada a um maior investimento estatal —, é necessária a intervenção de um movimento estudantil amplo, democrático e combativo, unindo a esquerda pela base, coordenado nacionalmente, com um plano político claro e aliado a organizações de trabalhadores.

#### CONSTRUIR UMA ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA DOS ESTUDANTES

O movimento estudantil anti-propinas Fees Must Fall, na África do Sul, iniciado no final do ano de 2015, é um exemplo da força colectiva dos estudantes organizados e apoiados pelos trabalhadores, tendo conseguido reverter em pouco tempo o anúncio do Governo relativo ao aumento das propinas para o ano de 2016. Este é um dos exemplos recentes a partir do quais podemos retirar lições sobre como concretizar uma luta vitoriosa dos estudantes em Portugal, retrocedendo no que são as actuais políticas de degradação e elitização do sistema público de educação universitário.

Trevor Shaku, um dos dirigentes da luta estudantil anti-propinas na África do Sul e da secção sul africana do Comité por uma Internacional dos Trabalhadores, no seu artigo “Fees Must Fall: Lições do movimento anti-propinas”, publicado no blog do Socialismo Revolucionário, defende a importância central e decisiva de um programa claro e de uma liderança eleita e reconhecida pelos membros das organizações estudantis. É necessário orientar a iniciativa dos estudantes nesse sentido para que seja possível, em momentos de marés revolucionárias, actuar rápida e eficazmente, canalizando o

descontentamento para vitórias significativas que coloquem em causa o próprio modo de produção capitalista marcado pela instrumentalização do sistema de educação para os interesses das classes dominantes — e não dos trabalhadores e estudantes de classe trabalhadora.

Planear a concretização de constantes acções de protesto como um fim em si mesmo não é suficiente e tem, inclusivamente, consequências nefastas de desmobilização e de descrença face às organizações políticas. Qualquer uma dessas acções deve ser utilizada para alargar cada vez mais o movimento estudantil a camadas antes despolitizadas e a regiões/campus sem história e tradição de luta, assim como para consolidar o movimento segundo objectivos concretos e democraticamente definidos que ficam assim cada vez mais próximos da sua consumação.

A realização de greves de estudantes ou de ocupações participadas — os instrumentos mais eficazes da luta estudantil, como se pode verificar pelos exemplos recentes do Chile e do Brasil — parece hoje inconcebível em Portugal. Tal não é possível somente com protestos espontâneos e isolados. Precisamos de organizações estudantis que se empenhem na formação das condições para uma greve ou ocupação de estudantes e que, dessa forma, abram o caminho para condições de maior igualdade entre os jovens.

Essas organizações precisam de instrumentos de agitação e propaganda que alcancem o maior número de estudantes, que contribuam para um enraizamento da luta no dia-a-dia dos estudantes. Uma publicação periódica é fundamental para estabelecer contactos, comunicar directamente com os estudantes nos espaços onde se encontram todos os dias, procurar cada vez mais estabelecer relações de confiança com a comunidade estudantil e promover o alargamento do movimento — que estará assente nas próprias ideias e programa, divulgados através da publicação.

As organizações estudantis precisam ainda de uma estrutura discutida abertamente entre as suas bases, adaptada aos desafios com que o próprio movimento se vai confrontando. Isso passa por discriminar diferentes responsabilidades que são necessárias para manter e construir a organização, ele-

ger pessoas capazes de as cumprir (mantendo sempre a possibilidade de revogação dessa eleição), ter estruturas e tarefas para integrar qualquer estudante com iniciativa para participar activamente no movimento estudantil e que concorde com os princípios fundamentais da organização — qualquer que seja o seu nível de politização ou a sua afiliação política.

Por último, as organizações estudantis precisam de se focar, como reivindicação fundamental, na questão da democratização das instituições de ensino — não só na questão da democratização do acesso, mas também da democratização do seu funcionamento. Precisamos de exigir que seja a comunidade escolar a gerir as suas próprias escolas e universidades; que o percurso e as mudanças nas instituições sejam definidos por órgãos democráticos de estudantes, professores e funcionários, e não por órgãos de decisão que respondem a interesses privados externos.

A democratização e o ensino gratuito e de qualidade devem ser as bandeiras que unificam todos os estudantes dispostos a lutar nos seus espaços de ensino. Apesar da importância da mobilização por campanhas específicas e sentidas de forma imediata pela maior parte dos estudantes de uma determinada instituição, essa deve estar sempre ligada às questões estruturais que definem essas mudanças — como as propinas, os órgãos de decisão, o orçamento para a educação e para a acção social escolar — e que são partilhadas a um nível nacional e mesmo internacional.

A luta pela democratização do ensino é parte de uma luta contra o sistema capitalista internacional. A classe dominante não irá ceder de forma sistemática aos interesses dos estudantes de classe trabalhadora e dos trabalhadores das escolas e universidades, colocando em causa os seus próprios interesses na gestão dessas instituições. Sem um movimento estudantil que se una ao movimento dos trabalhadores para cumprir as tarefas de uma revolução socialista, não alcançaremos as condições necessárias para construir um ensino verdadeiramente democrático e ao serviço dos jovens e trabalhadores.



# “A ÚNICA FORMA DE TORNAR A EDUCAÇÃO REAL É ACABAR COM ESTE SISTEMA”

— ENTREVISTA A ANA GARCIA SECRETÁRIA-GERAL DO SINDICATO DE ESTUDANTES (ESTADO ESPANHOL) —



**A Centelha:** Antes de mais, o que é o Sindicato de Estudantes?

**Ana Garcia:** O SE é uma organização juvenil. Somos anti-capitalistas, internacionalistas e revolucionários. Defendemos uma educação pública e de qualidade para os filhos dos trabalhadores.

Evidentemente que as nossas bandeiras não se focam unicamente no terreno da educação. Sendo essa a nossa principal bandeira, temos também um vínculo muito forte com a luta dos trabalhadores. A defesa de condições dignas para a classe trabalhadora é uma parte importante da nossa luta.

O SE foi criado pelos camaradas do “El Militante”, agora “Izquierda Revolucionaria”. Foi nos anos 80, quando se deu uma série de ataques brutais à educação pública, provocando uma explosão na juventude, que a nossa organização apareceu e se consolidou naquilo que hoje representa: uma referência para toda a juventude no Estado Espanhol. E essas lutas ficaram gravadas na memória da classe trabalhadora.

Actualmente, ao distribuímos panfletos, é habitual aparecerem pessoas a afirmar, com orgulho, que estiveram presentes na greve estudantil com o Sindicato dos Estudantes, nos anos 80. Nessa altura, a geração dos nossos pais tinha de pagar para ir à escola! Creio que em 1981 a percentagem de estudantes que acabavam o secundário era de 7%.

Muitas vezes atacam-nos dizendo que somos parte do PSOE, mas nós nascemos precisamente quando o PSOE era governo,

contestando um programa que não correspondia às expectativas e necessidades dos trabalhadores. Apesar das conquistas importantes que surgiram dessa luta, para o acesso da classe trabalhadora à educação — entre elas, a gratuidade do ensino médio, a construção de milhares de escolas públicas, o direito à greve —, a classe dirigente quer hoje voltar a fechar essas portas.

**AC:** Qual é o modelo de organização do SE nas escolas, secundárias e universidades?

**AG:** A nossa actividade centra-se sobretudo nos estudantes de secundário e de ensino profissional, embora também representemos estudantes universitários.

Com a recente selecção económica no acesso à Universidade, é no ensino médio que estão todos os filhos da classe trabalhadora. As dificuldades sentidas pela classe trabalhadora têm maior presença nesse ciclo de estudos.

Estamos organizados em secções sindicais em cada escola, mas coordenamo-nos também a nível local e regional. De 3 em 3 meses, fazemos uma reunião estatal com representantes de todas as secções. Quando se dão ataques da magnitude destes com que hoje nos confrontamos, uma das vantagens do Sindicato de Estudantes é a sua dimensão estatal, permitindo-nos ser um elemento unificador de várias regiões. Saímos todos à rua no mesmo dia, com as mesmas bandeiras, o que nos torna mais fortes.

Mas quando não estamos perante lutas com esta dimensão, não deixamos de intervir activamente em cada escola, ao lado de pais, estudantes, professores. Abrangemos tanto o nível mais pequeno de cada escola como aquilo que nos dá mais força, que é a dimensão estatal, unificada e homogénea da nossa organização.

**AC:** Quando é que a greve estatal foi convocada, e porquê?

**AG:** A greve foi convocada em Setembro, após alguns meses de discussão. Já no mês de Julho o governo em funções de Rajoy tinha aprovado o decreto-lei que coloca em marcha a introdução dos exames franquistas. Reagimos de imediato, sugerindo uma reunião a todas as organizações da comunidade educativa agrupadas na “Plataforma Estatal pela Escola Pública”, na qual participamos.

Denunciámos este ataque gravíssimo que, em última instância, pretendia acabar de vez com as conquistas democráticas da educação que tornam possível o acesso a todos os ciclos de estudo aos filhos dos trabalhadores.

**AC:** Na preparação da Greve de 26 de Outubro, que tipo de acções foram utilizadas?

**AG:** Em primeiro lugar, divulgámos a informação que permite que mais pessoas se juntem à luta. Colámos cartazes e distribuímos centenas de milhares de panfletos a explicar os exames franquistas — porque é que são um ataque à classe trabalhadora e qual a importância de lutar pela sua abolição.

Logo de seguida, organizámos assembleias para, também em voz viva, esclarecermos os estudantes. Nessas assembleias, apelámos à organização dos estudantes — em primeiro lugar, filiando-se ao SE, que é a ferramenta mais forte, mais útil do movimento estudantil; em segundo lugar, criando comités de greve em todos os centros escolares. Há estudantes que, mesmo não aceitando a filiação ao SE, quiseram participar nesta greve. É depois a partir destas assembleias que construímos formas de coordenação entre escolas, da forma mais operacional possível.

**AC:** Qual era o ambiente nos centros escolares? Contaram com muitos estudantes nas assembleias?

**AG:** Esta greve tem sido impressionante.

Já há 5 anos que estamos a lutar contra esta medida, mas nunca tivemos assembleias tão participadas como hoje temos, o que é demonstrativo do ambiente actual.

Os exames não são a única preocupação dos estudantes. O horizonte imediato das suas vidas também os preocupa, como as consequências da investidura do PP viabilizada pela “abstenção violenta” do PSOE pós-golpe interno, uma traição histórica que ninguém vai perdoar. E chegando à conclusão de que não podemos ficar de braços cruzados, aquilo que nos dá força e poder é sair às ruas. É esse elemento que se encontra também na luta contra os exames.

**AC:** Como foi visto o apoio internacional que se verificou em dezenas de países? Teve impacto junto dos estudantes?

**AG:** Sim, teve um impacto importante, sobretudo entre os nossos camaradas, mas não só. Toda a solidariedade nos dá ânimo e mostra-nos o que é a luta a nível internacional, o que é a solidariedade de classe. Camaradas que lutam contra o mesmo e pelos mesmos direitos dos jovens na outra ponta do planeta são um sintoma da situação da juventude a nível internacional. Os ataques à democratização do ensino não ocorrem somente no estado Espanhol. Nos últimos anos temos visto mobilizações estudantis massivas em todos os cantos do mundo: Chile, Canadá, Reino Unido, Estados Unidos...

É evidente que tirar o direito à educação dos jovens é um ponto estratégico para a burguesia. Em todos os países, é esta a tendência.

Em cada zona, cidade ou país, temos de nos unir e responder da mesma forma.

Mas o entusiasmo vai para além das nossas filas. O que se passou com os camaradas de Hong Kong, que foram agredidos no consulado em protesto solidário com os estudantes espanhóis, foi noticiado em meios-de-comunicação de grandes audiências. É óbvio que isto tem um impacto.

E desde logo estamos muito agradecidos por toda esta campanha que tem sido levada a cabo internacionalmente. A presença de Claire Laker, em representação dos Socialist Students de Inglaterra, foi um passo importante no sentido de consolidar laços de dimensão internacional com todos os jovens oprimidos que sofrem com as consequências do sistema e os ataques da burguesia.

**AC:** Neste momento, estamos a passar por um processo de privatizações no ensino superior português. Que aconselharias a um estudante que pretende lutar contra a mercantilização do ensino?

**AG:** O conselho é evidente: que lutem e que se organizem. Os capitalistas, os que nos atacam, estão organizados, estão unidos e têm uma estratégia. Para conseguirmos resistir, temos que fazer exactamente o mesmo: unir-nos, organizar-nos e defender a mobilização.

Temos tido muitos exemplos por todo o mundo, e especialmente aqui na Europa, com a Grécia, que evidenciam os limites do parlamentarismo. Sem uma mobilização eficaz, o parlamento torna-se um elemento inútil, que não serve para aquilo que realmente

queremos: alterar as condições de vida de forma a garantir condições dignas. E é óbvio que o que temos de fazer é seguir o exemplo de outros tantos jovens pelo mundo fora que respondem, com todas as suas forças, nas ruas. Temos de nos unir para lutar, porque essa é a única alternativa que nós, os filhos da classe trabalhadora, temos. Nunca nos ofereceram nada nem nunca irão oferecer. Se queremos algo, temos que o conseguir com as nossas próprias mãos, e isso só se faz lutando.

**AC:** Acreditas que um ensino público e democrático seja possível em capitalismo?

**AG:** Em capitalismo já se conquistaram melhorias muito importantes, isso é inegável. Nas últimas décadas conseguimos que jovens de classe trabalhadora entrassem na universidade. E isso foi fruto da luta sob sistema capitalista.

Mas que não restem dúvidas: em capitalismo nada está garantido. Querem hoje retirar tudo aquilo que conquistámos com os nossos pais e avós a lutar nas ruas. A única forma de tornar a educação real, permanente e universal, é transformar a sociedade e acabar com este sistema podre, que só beneficia um punhado de privilegiados à custa da maioria. É por isso que aqui no sindicato somos todos anti-capitalistas. Acreditamos que é preciso lutar por um modelo socialista em que os recursos gerados pela maioria estejam ao serviço da maioria, de forma democrática. Temos, por isso, que lutar, se defendemos uma educação digna, de qualidade, pública e democrática.vv





# MANIFESTO DA TENDÊNCIA SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO

Foto retirada de [www.beira.pt](http://www.beira.pt)

## CAPITALISMO, UM SISTEMA DE CRISE

Desde o seu nascimento que o modo de produção capitalista é caracterizado por crises cíclicas resultantes de contradições sistémicas insanáveis. A concentração de capital nas mãos de um grupo cada vez mais ínfimo de capitalistas e a pauperização de uma cada vez maior massa humana são o venenoso fruto dos ciclos capitalistas.

A mistificação do capitalismo com a teoria do “Fim da História” —, *i.e.*, do fim da luta de classes — e do reino eterno do “mercado livre” após a queda da URSS revelou-se, em menos de duas décadas, completamente insustentável. A crise do *subprime* em 2007/2008 pôs os factos novamente em evidência. O capitalismo não encontra novos mercados para conquistar, e se a queda da taxa de lucro é, a tempos, abrandada ou temporariamente revertida pelo crédito, especulação financeira e tantas outras medidas contra-cíclicas, isso só adia o inevitável, acrescentando às crises um elemento de extrema volatilidade.

Hoje, a perspectiva mais optimista apresentada pelos ideólogos burgueses é a da “estagnação secular”, o “crescimento zero”, ou seja, a completa paralisia do sistema económico. Isto, contudo, só na condição de uma intensificação da exploração dos trabalhadores, com ataques aos direitos laborais, com a apropriação dos Estados Sociais pelo capital e com a mais violenta e vertiginosa destruição do meio ambiente.

O agravamento das tensões imperialistas é igualmente inevitável. Se o mercado não expande, a luta pelas suas parcelas torna-se crescentemente feroz. O choque de burguesias das várias potências mundiais, numa espiral militarista, já se manifesta em várias guerras sangrentas, como é o caso da Síria.

Os mais altos representantes do capitalismo mundial, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, fingem já renegar as políticas neoliberais. Os acordos de livre comércio, como o TTIP, encontram dificuldades crescentes para serem aplicados, mas um novo proteccionismo deixaria todas as contradições por resolver. Tal política representaria nada mais do que outra forma de luta por parcelas de um mercado

mundial esgotado.

A União Europeia (UE), em particular, depois de espezinhar a vontade democrática do povo trabalhador grego, que por duas vezes rejeitou a austeridade nas urnas, não deixará de enfrentar oposição por parte das vítimas da sua política. A vitória do *Brexit* resultou de uma crescente oposição popular que, combinada com um impasse político e económico da burguesia inglesa, levou à convocação do referendo que pode ter ferido de morte a própria UE.

## A CRISE CAPITALISTA EM PORTUGAL – OS ANOS DA TROIKA

Portugal atravessou, nestes últimos anos, poderosos e complexos processos, sendo um dos países onde a crise do capitalismo se fez sentir mais duramente na Europa.

Os últimos 6 anos foram anos de brutais cortes e privatizações. As condições de vida caíram dramaticamente, as políticas da *troika* e do capitalismo português arrastaram o povo trabalhador para níveis de exploração e pobreza sem equivalente depois da Revolução de 1974. No pico da crise, 25,7% da população vivia na pobreza e, retirando os apoios sociais, esse número aumentaria para 47,8% — 4,9 milhões.

Ao mesmo tempo, tal como por todo o mundo, as desigualdades aumentaram para níveis escandalosos. O último estudo da Oxfam demonstra que a concentração de riqueza atingiu níveis escabrosos mundialmente. Neste momento, os 8 indivíduos mais ricos do mundo possuem tanta riqueza como os 3,6 mil milhões mais pobres (50% da Humanidade)! Já a nível nacional, os 10% mais ricos detém hoje 74,1% da riqueza total. No final de 2015, a Autoridade Fiscal divulgou um relatório denunciando o facto de os 240 indivíduos mais ricos de Portugal não pagarem os impostos devidos — o que representa uma perda anual de cerca de 3 mil milhões de euros que poderiam ter sido investidos na reconstrução dos serviços públicos e na criação de emprego.

Uma das consequências mais graves da crise económica, especialmente para o movimento laboral e para a esquerda, é a destruição de empregos. Desde 2008, 617 mil postos de trabalho foram destruídos — uma média de 7345 por dia! Além disso, 586 mil trabalhadores deixaram o país entre 2010 e 2015.

## A POLARIZAÇÃO DA LUTA DE CLASSES E O REGRESSO DA RESISTÊNCIA DE MASSAS

Como consequência, dá-se uma polarização da sociedade e a uma viragem à esquerda da classe trabalhadora, em particular da nova geração precária. Esse fenómeno reflectiu-se nas mobilizações de massas que, começando em 2010 com uma manifestação de mais de 100.000 trabalhadores organizada pela CGTP em Lisboa, passou pela

bate. A explicação encontra-se na ausência de um programa combativo e de unificação das lutas que apresente uma clara alternativa socialista aos trabalhadores e jovens.

As grandes mobilizações não se inseriram num plano de continuidade e crescimento da luta. Ao invés disso, foram convocadas ao sabor da pressão popular, funcionando como válvula de escape para a raiva social. Esta forma de mobilização só poderia produzir um resultado: a desmoralização.

Os partidos capitalistas, incluindo o Partido Socialista (PS), entraram, ainda assim, numa crise profunda. As gigantescas manifestações foram, precisamente, o primeiro sintoma da perda de confiança das massas nos partidos capitalistas. No entanto, ao contrário do que seria expectável, isto não se traduziu imediatamente num crescimento do Bloco de Esquerda.

As direcções da esquerda também en-

novamente uma forma de derrotar a austeridade, volta a considerar o parlamento, no seguimento da vitória do Syriza na Grécia. Mas este processo não pode ser confundido com um recuo na consciência, como promoveram as eleições legislativas. A confiança nos partidos do capital não foi restaurada.

Neste novo cenário, o BE consegue capitalizar parcialmente a raiva social acumulada desde o começo da crise. A denúncia de vários escândalos de corrupção envolvendo empresas privatizadas deu um importante destaque aos deputados do Bloco enquanto, internacionalmente, se assistia à ascensão do Podemos, de Jeremy Corbyn e de Bernie Sanders. Na Grécia, em menos de 6 meses, passar-se-ia da vitória eleitoral do Syriza à sua capitulação perante a UE.

Nas eleições legislativas, a 4 de Outubro de 2015, a crise dos partidos da burguesia tornou-se mais clara. Uma fraca campanha



**O Bloco de Esquerda que defendemos é um partido que agrega democraticamente as várias tendências socialistas, que é capaz de envolver os trabalhadores e jovens, as suas bases, na luta diária de organização da classe trabalhadora, na construção de uma força capaz de conquistar o socialismo.**

manifestação da “Geração à Rasca” contra a precariedade e culminou com o movimento “Que se lixe a Troika” — que mobilizou por duas vezes (2012 e 2013) 1 milhão de pessoas por todo o país. Simultaneamente, deu-se uma luta intensa nos locais de trabalho. Milhares de greves locais e sectoriais culminaram em 5 greves gerais. A primeira greve ibérica da história uniu os trabalhadores de toda a Europa em acções coordenadas.

No entanto, apesar de tão poderosas lutas, não foi arrancada nenhuma concessão significativa à burguesia até ao momento actual.

A principal causa para a ausência de vitórias, como já deixámos claro, não pode encontrar-se na fraqueza das mobilizações. Os trabalhadores responderam sempre de forma exemplar quando chamados ao com-

taram em crise. A direcção do BE, focando-se na actividade parlamentar, não soube o que fazer quando o epicentro da luta se desviou do parlamento para as ruas e locais de trabalho, atravessando ela própria uma crise severa até muito recentemente. O Partido Comunista Português (PCP) e a CGTP, padecendo do mesmo atrofio parlamentar e encaminhando, vez após vez, as lutas para um beco sem saída, ainda hoje atravessam uma crise profunda.

## NOVA FASE DE LUTA: O TESTE DO PARLAMENTARISMO

Só a partir de 2015, após o período de desmoralização que se seguiu ao desencanto com os protestos de rua, uma parte significativa da classe trabalhadora, procurando

do PS, ferida pelo seu apoio prático à austeridade, resultou numa derrota contra o governo mais impopular da Terceira República, com apenas 32,3% dos votos. No entanto, com 36,8%, a coligação Portugal à Frente (PàF), tampouco pôde declarar-se vitoriosa. O Bloco de Esquerda foi o único com uma vitória, elegendo 11 novos deputados com 10,2%. O PCP ficou-se pelos 8,3%, elegendo apenas mais um deputado e colhendo as consequências da sua política no período das mobilizações de massas.

O PS, esse, foi comprimido entre a esquerda e a direita. Por um lado, a PàF só poderia manter-se no poder com o seu apoio; por outro, necessitava do apoio da esquerda para formar governo. A primeira opção significava colocar em risco a sua própria existência — como provou a experiência grega



do Pasok.

## A GERINGONÇA – NOVA FRENTE POPULAR

Era necessário impedir que a direita mantivesse o poder — outra posição só poderia alienar a classe trabalhadora, enraivecida por quatro anos de governo PSD-CDS —, enquanto se obrigava o PS a governar com um programa de esquerda.

A oportunidade histórica de arrancar do PS um programa anti-austeridade, que seria a linha-vermelha para o apoio da esquerda, requeria uma estratégia conjunta BE-PCP, negociações de porta aberta e sempre acompanhadas por mobilizações contra a austeridade. O PS seria forçado a aceitar tal programa ou a desaparecer, como o seu irmão grego. Ao negociar nas costas dos trabalhadores e dos seus próprios militantes, as actuais direcções assinaram, separadamente, acordos que significam a manutenção da austeridade a troco de algumas migalhas que deixam por resolver todos os problemas centrais que enfrentamos.

A burguesia, particularmente a alta burguesia, apoiou lucidamente esta solução, evitando a ‘pasokização’ do PS e um governo abertamente de direita que certamente levaria a classe trabalhadora de volta às ruas, isolando os partidos capitalistas. A classe dominante irá sustentar este governo enquanto ele cumprir os seus objectivos centrais: manter a austeridade e resgatar politicamente o PS.

Estes objectivos são facilitados pela vitória retumbante do candidato da burguesia nas eleições presidenciais, que derrotou uma esquerda dividida. Marcelo é uma ferramenta poderosa para pressionar o parlamento para a direita.

Assim nasce, no contexto daquela que é já considerada a maior crise estrutural do sistema capitalista, uma aliança

entre os representantes de ambas as classes em Portugal: uma nova Frente Popular.

“*A aliança política entre o proletariado e a burguesia, cujos interesses em questões básicas divergem num ângulo de 180° na presente época, como regra geral é apenas capaz de paralisar a força revolucionária do proletariado*”, assim escrevia Leon Trotsky no final da década de 1930. Estas palavras descrevem na perfeição a nossa situação actual.

## O PAPEL CENTRAL DO BLOCO DE ESQUERDA

Entre os milhões de trabalhadores em processo de radicalização, há muitos jovens que, vendo no BE uma ferramenta de luta, se juntam ao Partido. Enquanto isso, as lideranças da esquerda, entre as quais está a do BE, lançam-se entusiasticamente para a direita, justificando alianças com o partido da ex-social-democracia, *i.e.*, com o PS, hoje marcadamente neoliberal. Nisto, colocam-se precisamente no espaço político que esta crise continua a comprimir: o centro. E com uma nova recessão a despontar, ainda mais sectores da juventude precária se radicalizarão. O centro deixará de existir. Ora, se a crise do PS é inevitável, posto que se trata de um partido capitalista, o BE não pode de maneira nenhuma deixar-se arrastar

para ela.

O impasse criado pela geringonça, que continua as políticas da PàF com alguns cuidados de cosmética, não consegue ser resolvido nos limites estreitos das salas e gabinetes do parlamento. Continuamos a viver a precariedade laboral, o colapso nos serviços públicos, as privatizações e resgates da banca.

A resolução destes problemas exige a ultrapassagem do capitalismo. É preciso voltar às ruas, arrancar vitórias reais das mãos da burguesia.

Essa tarefa exige um trabalho metódico de organização e construção, apenas possível com o funcionamento saudável de órgãos democráticos de base no Bloco de Esquerda. O Bloco de Esquerda que defendemos é um partido que agrega democraticamente as várias tendências socialistas, que é capaz de envolver os trabalhadores e jovens, as suas bases, na luta diária de organização da classe trabalhadora, na construção de uma força capaz de conquistar o socialismo.

Nenhuma quantidade de manobras parlamentares, de negociações com a burguesia ou de eleições pode superar o capitalismo. Declaramos hoje uma vez mais, como Karl Marx e Friedrich Engels há quase dois séculos, que “*a emancipação da classe operária tem de ser obra da própria classe operária!*”



Foto de Paulete Matos

## PEDIDO DE FORMALIZAÇÃO DA TENDÊNCIA SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO

PUBLICAMOS AGORA N'A CENTELHA O PEDIDO ENVIADO À MESA NACIONAL DO BLOCO DE BLOCO NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2016

O Socialismo Revolucionário (SR) é um pequeno colectivo marxista que publica a revista A Centelha.

Entendendo, tal como afirma o documento fundador do Bloco de Esquerda, “Começar de Novo”, que é “*indispensável, nos diferentes países e em Portugal, fazer convergir as vontades que tenham a coragem de afirmar o primado de uma resposta política democrática ao desafio que a globalização lança à Humanidade*”, o SR está internacionalmente organizado e foi reconhecido como secção portuguesa do Comité por uma Internacional dos Trabalhadores (CIT) em Janeiro deste ano.

Hoje, já como secção oficial do CIT, o SR é orientado para a participação em partidos e movimentos amplos e democráticos da esquerda, isto é, para as organizações que realmente fazem convergir as vontades de uma resposta política verdadeiramente democrática. Assim, como exemplos, podemos mencionar a secção alemã do CIT — Sozialistische Alternative —, integrada como tendência no Die Linke, ou a secção brasileira — Liberdade Socialismo e Revolução —, que funciona igualmente como tendência interna do PSOL e participou na sua fundação.

Em Portugal, há dois grandes partidos de esquerda: o Partido Comunista Português (PCP) e o Bloco de Esquerda (BE). O primeiro, com sérias e reconhecidas deficiências democráticas herdadas de métodos de organização estalinistas, não permite a existência de tendências. De facto, exactamente como refere novamente o documento fundador do BE, o SR julga que o “*PCP é portador de um activo necessário à sociedade portuguesa, mas ele não é condição bastante para corporizar uma nova esperança ou sequer recuperar a influência que já teve e perdeu.*”

É no BE que o CIT entende existirem condições para dar a sua contribuição à luta contra a exploração e a opressão, à construção de uma alternativa ao capitalismo —

aquilo a que chamamos socialismo.

O BE apresenta, no documento fundador já citado, vários pontos. O SR não só concorda com todos esses pontos como, de forma mais determinante, concorda com o tipo de organização que o BE se compromete a ser, “*uma esquerda popular, plural, combativa e influente*”. Sozinha, qualquer uma das correntes políticas actualmente integradas no BE é incapaz de cumprir esta tarefa. Mas as diferentes correntes de pensamento político, das reformistas às revolucionárias, federadas num movimento democrático, capazes de atrair para si cada vez mais vastas camadas da classe trabalhadora e dos grupos oprimidos, são de facto capazes de enfrentar os desafios da nossa época. E se, para isso, “*formalmente*”, o movimento “*será um partido para se poder apresentar aos actos eleitorais*”, diz-nos já o documento fundador do BE que “*na realidade é de um movimento que se trata, capaz de suscitar, pelas suas propostas, a adesão de quantos nelas se reconheçam e de associar a si o apoio e empenhamento de correntes organizadas de intervenção política ou social e de múltiplas outras opiniões*”. Até porque só assim podemos “*romper com o rotativismo ao centro que envenena a vida política portuguesa.*”

Esta é, de facto, a única forma de combater o capital! É também neste sentido que o Socialist Party secção do CIT em Inglaterra e País de Gales apoia Jeremy Corbyn como líder do Labour Party e apela a que esse partido adopte um funcionamento democrático e federativo tal como aquele que presidiu à sua fundação e que se manteve durante todo o período pós-guerra até à expulsão da ala esquerda e à ascensão do blairismo — *i.e.*, à supressão da democracia interna.

A unidade dos explorados e oprimidos, é importante sublinhar, é mantida respeitando “*os limites que cada um encerrará*”, até porque só assim é possível “*abrir o diálogo político e cultural à esquerda e dar-lhe continuidade*”, algo que, tal como o

BE, julgamos ser indispensável. Uma união que suprime a diferença e a discordância é uma união estática, não um movimento. A História da luta de classes e da luta contra todas as formas de opressão é a História do surgimento e crescente diferenciação de correntes políticas. Sabemos que o “*Bloco assume as grandes tradições da luta popular no país e aprende com outras experiências e desafios; renova a herança do socialismo e inclui as contribuições convergentes de diversos cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram com a busca de alternativas ao capitalismo*”. Por isso sabemos desde já que seremos bem recebidos precisamente na medida em que trazemos uma parte dessas grandes tradições, e uma parte que, até este ano, não se encontrava oficialmente representada em Portugal.

Em boa verdade, não fazemos mais do que responder afirmativamente ao convite que o BE lançou há quase duas décadas, quando os signatários do documento que citamos afirmaram:

“*Os signatários, cidadãos com distintos percursos cívicos e políticos, com ou sem partido, tornam pública a presente Declaração e convocam quantos nela se reconheçam a tomar em mãos a construção de um novo movimento capaz de se constituir como alternativa na política nacional (...). A última conclusão é também um compromisso dos signatários: chegou a hora de convocar quantos partilham o essencial destes pontos de vista para uma nova iniciativa política, um Bloco de Esquerda capaz de ser portador de propostas fortes e se assumam como sinal de esperança.*”

Nós, SR, queremos tomar em mãos a construção dessa alternativa. Fá-lo-emos sempre cientes das diferenças que temos com as restantes correntes, procurando enriquecer as nossas posições na discussão política frontal e honesta com essas correntes, como fazem as restantes secções do CIT nos partidos e movimentos nos quais participam.

Nesse sentido a secção portuguesa declara com esta carta o seu desejo de formar-se como tendência oficial do BE, e pede, como prevêem os estatutos, a aprovação da Mesa Nacional do partido.



Os transportes públicos atravessam um processo de degradação que se acentuou nas duas últimas legislaturas. No entanto, é insuficiente atribuir a culpa apenas a este governo e ao anterior, tendo em conta que o processo de degradação dos serviços começou com a privatização da Rodoviária Nacional em 1992. As causas deste problema são mais profundas do que os governos, encontram-se no próprio funcionamento do capitalismo.

Para compreender o que significa a degradação dos transportes é necessário entender que funções servem. Os transportes públicos são serviços indispensáveis ao funcionamento da sociedade capitalista. Nas cidades asseguram a mobilidade de grandes massas de trabalhadores oriundos da periferia para o centro, as chamadas migrações pendulares. A mobilidade dentro da cidade depende da rede de transportes públicos, não só evitando o caos causado pela locomoção em transportes pessoais (carros e motos), mas permitindo a locomoção da maioria da classe trabalhadora, demasiado pobre para dispor de meios privados de transporte. Sem transportes públicos, no mundo de hoje, seria impossível a força de trabalho deslocar-se até ao capital, até onde os patrões poderão explorá-la. Nas zonas do interior, são ainda os transportes públicos que permitem a deslocação da população às vilas e cidades onde se concentram a maior parte dos serviços públicos. É esta importância que explica a nacionalização, durante o PREC, da CP, Sociedade Estoril-SOL (linha ferroviária de Lisboa-Cascais), Barraqueiro e outras empresas de transportes, unificando-as na Rodoviária Nacional, Carris e Metro. Nesse período deu-se também a constituição de Serviços Municipais de Transportes (Barreiro, Braga, entre outros), para além da introdução do passe social.

A partir de 1992, o ataque aos transportes públicos começou com as privatizações da Rodoviária Nacional, que se fragmentou em várias empresas, entre as quais se contam, por exemplo, a Barraqueiro ou a Rodoviária Sul do Tejo (depois Transportes Sul do Tejo, TST).

Actualmente, a prioridade destas empresas é a criação de lucros garantidos para grupos económicos privados. Mas as empresas

de transporte público devem ser a garantia do direito à mobilidade das populações. De outra forma, os resultados para a qualidade de vida dos trabalhadores e jovens, que necessitam dos serviços de transporte todos os dias, são desastrosos.

Vemos já as consequências das privatizações e a degradação dos transportes públicos nas zonas urbanas de Lisboa e Porto: os preços aumentaram para níveis incompatíveis para muitos milhares de trabalhadores que habitam as periferias das cidades. Já no interior, os serviços foram reduzidos, deixando largas regiões quase sem transportes por não serem lucrativas para o privado, o que contribuiu para a desertificação de várias localidades.

Nas últimas duas legislaturas houve uma acentuação da degradação dos transportes públicos com o claro intuito de degradar para privatizar. Em 2011, o “Plano Estratégico de Transportes” (PET), do Governo PSD/CDS, ditava o futuro dos transportes.

O PET trouxe um aumento dos preços: 21% do preço do passe do Metro de Lisboa — 50% para os estudantes e pessoas com mais de 65 anos. Este aumento dos preços reflectiu-se no aumento do uso do transporte pessoal. Entre 1991 e 2011, o peso do transporte individual aumentou de 24% para 44% só na Área Metropolitana de Lisboa, sendo ainda mais considerável hoje. Não só o aumento dos preços, mas também o desinvestimento nas infraestruturas e na modernização do material, levou à degradação dos serviços. Em média, apenas 23.3% da oferta de transportes de 7 empresas públicas (autocarro, metro, eléctrico, comboios e transporte coletivo empresa/privado) é utilizada, verificando-se uma diminuição de 51% para 37% entre 1991 em 2011 (Dados INE 2003).

Em 2011 o Governo falava de uma dívida

*Tomás Nunes*

de 16.700 milhões de euros (números relativos às contas de 2010), mas não referiu o facto de essas dívidas serem resultado da concretização de projetos de investimento da responsabilidade do Estado que este depois se recusou a financiar, obrigando as empresas públicas a contrair dívida. Esta dívida serviu para justificar o aumento dos preços e o ataque feito aos trabalhadores, utilizando as despesas com o pessoal como arma de arremesso contra os transportes públicos. É importante sublinhar que as despesas com pessoal representavam um encargo público de 2.413 milhões de euros, enquanto as despesas públicas com encargos financeiros eram de 2.754 milhões de euros relativamente às seguintes empresas: CARRIS, STCP, ML, MP, CP, TT, SOFLUSA e REFER. O Governo PSD/CDS escondeu o facto de que as receitas dos impostos sobre Produtos Petrolíferos e sobre os Veículos, no período entre 2009 e 2012 (fora IVA dos veículos e imposto de circulação), totalizaram a quantia de 12.381 milhões de euros que



Foto de Miguel A. Lopes, LUSA

não foram investidos nos transportes públicos, como deveriam ter sido. Outro buraco financeiro omitido pelo PSD/CDS foram as PPP's, sendo que a Mota-Engil é a empresa que mais lucra com estas. O governo PSD/CDS não fez nada porque tinha relações de interesses com as empresas beneficiadas. O Governo PS parece seguir o mesmo caminho.

Em 2013 o secretário de Estado dos Transportes, Sérgio Monteiro, afirmava que a Carris, Metro de Lisboa, Transtejo, STCP, Metro do Porto e linha de Cascais, iriam passar por um processo de concessão, continuando o caminho da gestão ruinosa das PPP's. O “argumento” era de que as concessões iriam permitir saldar uma dívida de 13.000 milhões de euros (recordemo-nos das receitas dos impostos sobre petróleo e veículos entre 2009 e 2012).

Um dos exemplos mais claros de sabotagem pelos governantes tem sido o caso do Metro de Lisboa. O despedimento de 300 trabalhadores, entre os quais 45 maquinistas, a paralisação de material circulante devido à falta de manutenção, a diminuição

no valor de 22 milhões de euros, “estarão inscritas no orçamento do próximo ano da empresa”. Mas isto não chega.

## AS CONDIÇÕES LABORAIS E O ORÇAMENTO DO ESTADO

O Orçamento do Estado para 2017, não resolvendo os problemas técnicos e infra-estruturais, olvida ainda as questões laborais dos trabalhadores dos transportes públicos.

“Com esta proposta os trabalhadores passariam a receber subsídio de refeição, trabalho extraordinário e trabalho nocturno nos termos da contratação colectiva, o que na prática seria a revogação do artigo 18º do decreto lei 133/2013, no próximo ano porque o OE sobrepõe-se ao decreto-lei, mas mantendo-se bloqueado o aumento dos salários, bloqueadas as evoluções profissionais, bloqueadas as diuturnidades, os trabalhadores continuariam em 2017 com salários de 2009. (...) Quanto ao pagamento do subsídio de Natal a proposta de OE é o pagamento de 50% em Novembro e o restante em duodécimos.”, segundo um comunicado

da Federação dos Sindicatos dos Transportes (FECTRANS) que toma uma posição perante o Orçamento. A reposição das 35 horas semanais encontra-se bloqueada por falta de pessoal, só a contratação coletiva pode dar início à necessidade imediata de reposição do horário.

Este OE é insuficiente. Sem a reposição salarial, a implementação efectiva das 35 horas e o investimento no alargamento das redes para a periferia, tanto os utentes como os trabalhadores sofrem as consequências da degradação dos transportes. É, por isso, urgente elaborar um caderno reivindicativo que não só una os interesses comuns dos trabalhadores e utentes.

Nos últimos anos, os trabalhadores dos transportes públicos, em conjunto com algumas comissões de utentes, como a Comissão de Utentes do Transportes de Lisboa, têm lutado contra a sua precarização e em defesa do serviço público de transporte. No entanto, as lideranças sindicais têm-no feito de forma isolada, sem ligar as suas lutas com a restante classe trabalhadora. O passo positivo de se fazer greves conjuntas entre sectores dos transportes, que já foi dado, deve ser seguido de outros passos. Sem uma estratégia séria de ligação à população trabalhadora que usa os transportes públicos, abre-se o espaço à propaganda reacionária do governo que coloca utentes contra trabalhadores. Aquilo que é uma luta e uma necessidade de toda a classe trabalhadora não pode ser relegado a um pequeno grupo de dirigentes sindicais que não fomentam uma luta de massas.

da Federação dos Sindicatos dos Transportes (FECTRANS) que toma uma posição perante o Orçamento. A reposição das 35 horas semanais encontra-se bloqueada por falta de pessoal, só a contratação coletiva pode dar início à necessidade imediata de reposição do horário.

Este OE é insuficiente. Sem a reposição salarial, a implementação efectiva das 35 horas e o investimento no alargamento das redes para a periferia, tanto os utentes como os trabalhadores sofrem as consequências da degradação dos transportes. É, por isso, urgente elaborar um caderno reivindicativo que não só una os interesses comuns dos trabalhadores e utentes.

Nos últimos anos, os trabalhadores dos transportes públicos, em conjunto com algumas comissões de utentes, como a Comissão de Utentes do Transportes de Lisboa, têm lutado contra a sua precarização e em defesa do serviço público de transporte. No entanto, as lideranças sindicais têm-no feito de forma isolada, sem ligar as suas lutas com a restante classe trabalhadora. O passo positivo de se fazer greves conjuntas entre sectores dos transportes, que já foi dado, deve ser seguido de outros passos. Sem uma estratégia séria de ligação à população trabalhadora que usa os transportes públicos, abre-se o espaço à propaganda reacionária do governo que coloca utentes contra trabalhadores. Aquilo que é uma luta e uma necessidade de toda a classe trabalhadora não pode ser relegado a um pequeno grupo de dirigentes sindicais que não fomentam uma luta de massas.

Apenas mobilizações unificadas e inseridas num plano de luta podem conquistar as suas reivindicações. Esta luta deve ser feita em ligação constante com os utentes, na sua esmagadora maioria trabalhadores, e ganhá-los para a luta pelo direito à mobilidade. Há a necessidade imediata de conquistar passes gratuitos, melhores infraestruturas, mais carreiras, mais condições para pessoas com mobilidade reduzida e o alargamento dos serviços na periferia das cidades e no interior do país. Mas o objectivo deve ser claro: conquistar o controlo público e democrático dos transportes, que só é possível com uma muito maior organização dos trabalhadores de transportes públicos e dos utentes.

# DIREITO À MOBILIDADE E O ESTADO DOS TRANSPORTES



# A REVOLUÇÃO DE FEVEREIRO DE 1917: QUE LIÇÕES PARA HOJE?

ESTE É O PRIMEIRO DE UMA SÉRIE DE ARTIGOS QUE “A CENTELHA” IRÁ PUBLICAR AO LONGO DESTE ANO SOBRE A REVOLUÇÃO RUSSA

*Tradução e adaptação do artigo “February Revolution 1917 – what lessons for today” de Peter Taaffe*

O dia 23 de Fevereiro de 1917 (8 de Março no novo calendário gregoriano) marcou o início da revolução socialista russa que despoletou a onda revolucionária que viajaria por todo o mundo.

A revolução de Fevereiro teve lugar entre a primeira revolução russa de 1905 e a terceira e conclusiva revolução de Outubro de 1917.

Em 1917, a Rússia estava a passar por uma das maiores crises sociais da sua história. Se não existisse partido bolchevique, liderado por Lenin e Trotsky, a colossal energia revolucionária dos trabalhadores e camponeses teria sido dispendida de forma estéril em explosões esporádicas. A luta de classes é o principal motor da história, mas precisa de um programa correcto, de um partido firme e de uma liderança de confiança e corajosa, preparada para ir até ao fim da luta contra o sistema capitalista e latifundiário, como aconteceu na Rússia.

A honra de iniciar a revolução coube às mulheres trabalhadoras de Petrogrado [São Petersburgo]. A 22 de Fevereiro, a maior unidade industrial da cidade, a fábrica Putilov, anunciou uma grande greve, quando a classe trabalhadora foi atingida por uma massiva inflação. Na cidade, neste período, existiam cerca de 390 mil trabalhadores fabris, empregados em enormes unidades industriais como a fábrica Putilov. Aproximadamente um terço desses trabalhadores eram mulheres.

A 23 de Fevereiro, as mulheres trabalhadoras do sector têxtil, sem anterior entendimento com qualquer partido, entraram em greve em várias fábricas, o que levou a manifestações em massa pela cidade. Isso abriu as portas da revolução, que se desenvolveu nos cinco dias seguintes.

## O PAPEL DA CLASSE TRABALHADORA

Uma das características incontornáveis de uma revolução é a intervenção directa das massas da classe trabalhadora e dos pobres — geralmente, descontente mas forçada à submissão pelo capitalismo em períodos “normais” — na determinação do seu próprio destino. Tal verificou-se em todas as revoluções, como por exemplo na França de 1968, quando dez milhões de trabalhadores se envolveram na maior greve geral [da História até então] contra os desejos dos seus “líderes”, ocupando as fábricas. O mesmo aconteceu na Revolução Portuguesa, iniciada em 1974.

No testar das vontades entre a classe trabalhadora e o czarismo, nas ruas de Petrogrado, o aparelho repressivo do Estado latifundiário e capitalista dissolveu-se no calor da revolução. Isto foi marcado pela viragem para o lado dos trabalhadores ou por uma certa “neutralidade” das anteriores forças brutais czaristas, como os Cossacks.

A Primeira Grande Guerra, com cinco milhões de vítimas russas assassinadas ou feridas, desempenhou um papel decisivo no acelerar de forma colossal das fases subsequentes da revolução até Outubro de 1917. Revoluções posteriores, como as de Espanha de 1931-37, evoluíram durante um período mais prolongado. A revolução de Fevereiro foi alcançada, maioritariamente por baixo, por trabalhadores e soldados — muitos deles, camponeses armados — que se envolveram num golpe mortal sobre o czarismo.

Mas esses não estavam conscientes do seu próprio poder. Muitas vezes na história as massas trabalhadoras derrubaram o regime, mas não usufruíram dos frutos da sua vitória porque não reconheceram o seu pa-

pel. Consequentemente, na Rússia, o poder caiu nas mãos de uma coligação de capitalistas liberais, de Mencheviques (a minoria original do movimento de trabalhadores russos) e os Social-Revolucionários (um partido da classe média das vilas e áreas rurais).

A revolução de Fevereiro foi, efectivamente, o início da revolução socialista na Rússia e no mundo. Mas apenas Lenin, em exílio na Suíça, e Trotsky em Nova Iorque, reconheceram isso. Até a liderança bolchevique em Petrogrado, apesar de não ter entrado no governo (que teria sido inaceitável para as bases do partido Bolchevique e para a classe trabalhadora da cidade), deram o seu apoio ao governo de coligação pelo exterior. Este governo é semelhante ao que se tornou mais tarde conhecido como “frente popular”, que descarrilou na revolução espanhola de 1931-37 e foi adoptada pelos estalinistas em França e noutros locais.

## POLÍTICA INDEPENDENTE

Quando Lenin chegou à estação da Finlândia em Petrogrado, em Abril de 1917, um jovem comandante naval, falando em nome do serviço, “expressou a esperança que Lenin pudesse tornar-se membro do Governo Provisório”. Isto foi recebido com desprezo por Lenin que virou as costas aos dignatários da coligação e falou aos operários que o tinham vindo receber: “A Revolução Russa alcançada por vós abriu as portas a uma nova época. Longa vida à revolução socialista mundial!”

Ao contrário dos líderes dos trabalhadores de hoje, que são seduzidos e corrompidos pela atracção fácil da popularidade e das carreiras ministeriais, Lenin não tinha medo de fazer parte de uma minoria.

Uma revolução como a de Fevereiro é geralmente concretizada por uma minoria corajosa e consciente com o apoio amplo de uma massa de trabalhadores. Uma vez triunfante, esta massa ampla entrou na are-

na política e, como em Fevereiro de 1917, seguindo o exemplo da revolução de 1905, criou a sua própria organização de classe independente sob a forma de soviets — conselhos de trabalhadores, soldados e camponeses.

De facto, uma “dupla soberania” foi criada na Rússia em Fevereiro de 1917, que durou até à Revolução de Outubro. Este “duplo poder”, ou elementos disso, é visível em todos os tumultos revolucionários. Por um lado, o “governo” mantém ainda forças de Estado mas é desafiado pelo poder de organizações independentes da classe trabalhadora.

A luta entre estas forças constitui a essência dos processos revolucionários e contra-revolucionários entre Fevereiro e Outubro de 1917. Bolcheviques empenharam-se para manter a lealdade ao programa revolucionário, a hostilidade irreconciliável para com os capitalistas e uma ruptura decisiva com aqueles que não estavam preparados para lutar pelo fim do sistema capitalista e latifundiário.

## PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO

Mas isto mereceu aos Bolcheviques o ódio eterno dos capitalistas e de todos aqueles partidos que queriam manter-se no enquadramento do sistema. Toda a imprensa, incluindo as publicações dos Mencheviques e Social-Revolucionários, avançaram com uma campanha violenta contra os Bolche-

viques.

Milhares de toneladas de jornais foram preenchidos com reportagens de que os Bolcheviques estariam ligados à política czarista, que receberam carregamentos de ouro da Alemanha, que Lenin era um espião alemão, etc. Nos primeiros meses após a revolução de Fevereiro, esta difamação afectou até as massas, com marinheiros e soldados ameaçando apunhalar Lenin e outros líderes bolcheviques.

No entanto, os Bolcheviques, sob a direcção de Lenin, ignoraram a “verborreia parlamentar” e dirigiram toda a sua atenção para a massa da classe trabalhadora e, em particular, para os dez milhões mais oprimidos que estavam a aproximar-se da esquerda, desiludidos com a coligação “oficial” dos partidos soviéticos.

Foi esta situação, o constante ênfase na abordagem independente da classe trabalhadora e das suas organizações, a delineação clara do partido revolucionário e das massas dos partidos oportunistas reformistas e semi-reformistas, que levou ao crescimento dos Bolcheviques. O contraste entre Lenin e os Bolcheviques relativamente aos líderes e ex-líderes das organizações de trabalhadores de hoje não poderia ser mais claro.

É óbvio que isto ocorreu num período de revolução, o que não é o caso na maioria dos países hoje no mundo. No entanto, a preparação para tal situação é realizada no período anterior a ocorrerem mudanças tão acentuadas e abruptas. Esse é o papel de

uma liderança e organização marxista que pensa a longo-prazo.

Hoje, por todo o mundo, a classe trabalhadora está a ser levada para uma armadilha pela filosofia das coligações e do “mal menor”. Esta é somente uma variação das ideias registadas em Fevereiro de 1917. Tal significa que os trabalhadores devem sempre ser o segundo violino dos partidos capitalistas, na crença errada de que futuras “concessões” poderão ser obtidas. Isto ocorre apenas, obviamente, se se aceitar cortes e privatizações.

## MEDIDAS DECISIVAS

Os trabalhadores russos foram bem-sucedidos, mas não por implementarem políticas parcelares entre Fevereiro e Outubro. De facto, os ganhos da revolução de Fevereiro eram sistematicamente comprometidos porque o governo de coligação recusava quebrar com o sistema capitalista e latifundiário. Foi necessária a experiência dos nove meses seguintes, juntamente com a agitação e actividade dos Bolcheviques, para convencer os trabalhadores russos da necessidade de um derrube abrupto — de uma revolução social — que ocorreu posteriormente, a Outubro de 1917.

Prestamos homenagem à corajosa classe trabalhadora de Petrogrado nesta enorme viragem social através da aprendizagem das verdadeiras lições destes eventos para os dias de hoje.





# A Centelha

REVISTA DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO - CIT EM PORTUGAL

N.7 JAN / FEB '17 preço 1.00 Solidariedade 2.00

Protestos anti-Trump em dezenas de cidades, EUA, foto retirada de mediaguide.ng



## PREPARAR A RESISTÊNCIA CONTRA TRUMP

*Phillip Locker e Tom Crean*

A vitória de Trump nas eleições presidenciais foi um profundo choque para dezenas de milhões de trabalhadores progressistas, jovens, imigrantes, mulheres, pessoas de cor, muçulmanos e pessoas LGBTQ em todos os EUA. A lista de alvos da administração Trump tornou-se mais clara. O enorme medo e raiva, em muitas comunidades, só aumentou.

A natureza imprudente e indisciplinada de Trump abriu também reais divisões na própria classe dominante, com largos sectores a temer que ele possa prejudicar os seus interesses domésticos e internacionais. Esta divisão foi vista mais recentemente na sua rejeição do anúncio da CIA de que o governo russo estava por trás do ataque cibernético ao Comité Nacional Democrata. Isto mereceu a forte censura de importantes líderes republicanos.

Muitos estão expectantes em relação ao desenrolar dos acontecimentos ou alimentam esperanças de que Trump será razoável e irá moderar as suas posições. Mas os planos para deportar 3 milhões de pessoas, atacar imigrantes, atacar muçulmanos como "extremistas", criminalizar a divergência e nomear um Supremo Tribunal que permita rasgar os direitos sindicais no sector público não são ameaças vãs.

Centenas de milhares de pessoas saíram às ruas de todo o país nas semanas após as eleições. O Socialist Alternative convocou muitos dos protestos iniciais, que foram dominados pela juventude. Mas agora vemos forças mais amplas prepararem-se para o que serão protestos verdadeiramente massivos ao redor da tomada de posse de Trump, em particular a Marcha das Mulheres em Washington, D.C. no dia 21 de Janeiro. Nós e os Socialist Students, estamos focados na construção de marchas estudantis por todo o país, ligadas a acções por todo o

mundo, no próprio dia da tomada de posse, dia 20 de Janeiro, que poderão tornar-se a maior mobilização estudantil coordenada desde a guerra do Vietnam.

No entanto, para vencer, precisamos de entender claramente as tarefas que nos são colocadas e quem são os nossos amigos e inimigos. Precisamos de uma estratégia clara, baseada no poder social dos trabalhadores.

Afinal de contas, a ascendência de Trump é um reflexo da profunda e crescente crise do sistema capitalista, cujas instituições foram descredibilizadas no último período, em particular, no último ciclo eleitoral. O próprio Trump, embora desagradável para muitos na elite, é na verdade a personificação perfeita da natureza completamente corrupta e predatória desta ordem social.

[Artigo completo em [socialismohoje.wordpress.com](http://socialismohoje.wordpress.com)]